



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AMANDA SANTOS DA COSTA

**ENTRE CLASSES E CELAS: A ARQUITETURA ESCOLAR, SEUS
APRISIONAMENTOS E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA**

Rio de Janeiro – RJ
2017



AMANDA SANTOS DA COSTA

**ENTRE CLASSES E CELAS: A ARQUITETURA ESCOLAR, SEUS
APRISIONAMENTOS E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA.**

Monografia apresentada como requisito parcial
para a obtenção da graduação em Pedagogia
na Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro.

Orientador (a): Celso Sanchez Pereira

Rio de Janeiro – RJ
2017



AMANDA SANTOS DA COSTA

**ENTRE CLASSES E CELAS: A ARQUITETURA ESCOLAR, SEUS
APRISIONAMENTOS E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA.**

Dissertação aprovada em:

Notas:

Professor Doutor Celso Sanchez Pereira (UNIRIO)

Professor Doutor Leonardo Villela de Castro (UNIRIO)

Rio de Janeiro – RJ
2017

Dedico este trabalho aos meus pais, Sérgio Augusto e Rosângela Bandeira, que sempre me acompanharam nessa caminhada, torcendo por mim, me apoiando nos estudos. Obrigada por me incentivarem a conquistar todos os meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sou grata por minha saúde e por ter tido a capacidade de aprender com tudo aquilo que a vida colocou em meu caminho até aqui. Tudo o que eu fiz, tudo o que eu tenho, tudo o que sou, é graças a Ti. Sou eternamente grata pela dádiva da vida que o Senhor me concedeu;

Aos meus pais, Sérgio Augusto e Rosângela Bandeira, pelo amor incondicional, por sempre acreditarem no meu potencial e por se dedicarem para que eu tivesse as melhores oportunidades educacionais;

Ao meu irmão, Arthur Augusto, por todo cuidado e carinho ao longo da minha vida, pelo grande incentivo a ingressar em uma Universidade pública;

Ao meu noivo, Filipe Nascimento, por sua generosidade, amor, presença fundamental e indispensável, com quem compartilhei os momentos de maiores incertezas e expectativas;

Aos meus amigos de graduação, Analu Torres, Beatriz Fernandes, Jaqueline Barreto e Luis Henrique, por todas as trocas de conhecimentos, por cada “ombro amigo” quando tudo parecia difícil, por todos os risos e lágrimas, pela construção de uma amizade verdadeira;

As minhas amigas e também pedagogas, Júlia Nascimento e Isadora Nascimento, pelas dicas valiosas, pelo carinho e estímulo sempre presentes;

Ao professor, Celso Sanchez, pelo conhecimento, orientação e todas as informações essenciais ao desenvolvimento desta monografia.

“Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são os pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado”.

(Rubem Alves)

RESUMO

DA COSTA, Amanda Santos. **Entre classes e celas:** a arquitetura escolar, seus aprisionamentos e a importância da educação libertadora. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O espaço físico escolar é dotado de múltiplos significados, e ao longo de sua existência vem transpassando diversos conteúdos didáticos aos alunos, mas também variadas inspirações, argumentos e valores, que por vezes são estabelecidos intencionalmente para a execução da domesticação do indivíduo. A presente monografia tem como objetivo discutir a influência disciplinar que a arquitetura escolar exerce sobre a prática educacional e sobre o comportamento escolar do aluno, que por consequente acaba interferindo diretamente em sua constituição corporal e psicológica. A partir disto, reflete-se sobre a necessidade de um novo projeto arquitetônico, para por em prática uma educação libertadora, que procure realizar uma modificação nos alicerces opressores da sociedade, tornando possível um maior desenvolvimento para uma transformação social. Com o intuito de uma melhor contextualização, a escrita inicia-se a partir das transformações históricas nas arquiteturas das instituições escolares brasileiras e prossegue utilizando como embasamento teórico as principais reflexões de Michel Foucault, além de múltiplas pesquisas bibliográficas acerca do tema.

Palavras-chaves: Arquitetura escolar. Michel Foucault. Educação libertadora.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. CAPÍTULO I.....	12
3. CAPÍTULO II.....	20
4. CAPÍTULO III.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

INTRODUÇÃO

Meu nome é Amanda Santos da Costa, atualmente tenho 24 anos e curso o 10º período do curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. A pedagogia surgiu na minha vida involuntariamente, desde minha adolescência pretendia cursar jornalismo, porém não obtive nota suficiente para ser aprovada pelo Sisu (Sistema de Seleção Unificada). A escolha do curso de pedagogia como segunda opção se deu por eu já ter uma identificação com a área de humanas, mas principalmente por desde criança apreciar o ambiente escolar.

Atualmente posso afirmar que minha trajetória acadêmica seguiu o rumo certo, no começo cheguei a ter algumas dificuldades em obter interesse sobre as disciplinas voltadas para as políticas educacionais, mas ao longo desses cinco anos de graduação, obtendo conhecimento e construindo saberes com grandes docentes fica praticamente impossível não se apaixonar pela arte que é lecionar.

O interesse em produzir uma monografia sobre a arquitetura escolar nasceu das minhas memórias pessoais que construí ao longo de onze anos estudando em uma única instituição de ensino. Durante meu percurso escolar, cursei os anos iniciais do ensino fundamental até o segundo ano do ensino médio na Escola Estadual de Ensino Fundamental República e na Escola Técnica Estadual República, respectivamente. As duas escolas se encontram dentro de um mesmo complexo, que é a FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica) de Quintino, e são bastante reconhecidas, principalmente a ETER por ser internacionalmente uma das melhores escolas técnicas do Brasil.

Por vivenciar grande parte do meu trajeto escolar em uma única instituição, adquiri muito afeto pela mesma, porém tinha algo que sempre me causava um grande incômodo, o fato de não ver o aproveitamento de todo o espaço externo que a escola dispõe. Retornando as minhas memórias, lembro-me que nenhum professor, seja este do primeiro seguimento, segundo seguimento ou até mesmo do ensino médio, usufruía ou agregava os espaços externos nas suas aulas, muito pelo contrário nossas aulas sempre aconteciam em salas fechadas, o intervalo recreativo era em um pátio cimentado e a possibilidade de brincar na área externa, onde há uma natureza vasta, era algo proibido por ordem da gestão escolar.

Além disto, ao longo de três anos tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que visa à inserção dos alunos graduandos nas escolas públicas, incentivando e contribuindo para a formação do docente. Neste projeto fui direcionada para estagiar na Escola Municipal Francisco Alves, situada em Botafogo – RJ. Sempre observava a estrutura arquitetônica da escola, e pude constatar que o ambiente engaiolava os alunos, pois em nenhum momento da rotina escolar eles tinham a possibilidade de usufruir ou ter contato com um ambiente natural. A escola é completamente fechada, rodeada de grades e muros altos, o único tempo de ócio dos alunos, eles eram direcionados para uma área completamente cimentada, sem nenhum assento para repousar ou área verde para apreciar.

Neste trabalho que tem como tema “Entre classes e celas: a arquitetura escolar, seus aprisionamentos e a importância da educação libertadora” pretende-se de início realizar uma breve abordagem histórica sobre os modelos arquitetônicos das escolas do Brasil e como as estruturas dos prédios escolares eram planejadas e se desenvolviam segundo a transformação da sociedade. Já que, a cada nova alteração ocorrida no meio social, embasadas pelo interesse político de cada época, a instituição escolar recebia novos significados, novos ambientes e novos currículos.

Para um melhor entendimento sobre como a arquitetura escolar interfere diretamente no sistema escolar e nos seus educandos, faço referência as obras *Microfísica do Poder* (2004) e *Vigiar e Punir* (1987) do filósofo e teórico social Michel Foucault, salientando o que ele afirmou ser uma relação de poder-saber existente na sociedade e manifestada explicitamente nas construções escolares.

A fim de assimilar a formação do indivíduo e a estrutura da escola, precisamos reconhecer que desde criança o indivíduo constrói saberes, em todos os seus círculos sociais ele adquire e transmite seus conhecimentos, pois como nos afirma Paulo Freire (1987: p.68): "Não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes". Deste modo, quando o aluno adentra a escola, ele não é uma página em branco, independente de sua idade ele já traz conhecimentos dentro de si.

Porém a escola é um dos ambientes que mais influenciam na formação de valores e ideais, pela capacidade de constituir o caráter do indivíduo utilizando-se do

poder e de seus principais mecanismos: a vigilância, a punição e a disciplina. Sustentando suas estratégias através da arquitetura escolar, que enclausura os alunos dentro de um quadriculamento espacial repleto de salas fechadas, portões gradeados e pátios cimentados.

Em vista disso, confirma-se que a arquitetura escolar tem uma grande influência sobre o cotidiano escolar, e ainda hoje é perceptível encontrar projetos arquitetônicos nos moldes tradicionais que conduzem as ações pedagógicas por uma característica carcerária, onde os alunos são submetidos diariamente a repressões sociais e controle de seus comportamentos, passando assim a serem prisioneiros do ambiente, ratificando o pensamento de Foucault de que existe uma grande semelhança entre a arquitetura escolar e a prisional.

Em busca de compreender e debater melhor a arquitetura prisional de grande parte das escolas atuais e a importância de desfrutar e/ou ter espaços dentro da escola que possibilite uma educação libertadora, este trabalho nasceu e pretende contribuir, na reflexão sobre a necessidade de um planejamento arquitetônico escolar para uma educação nova que garanta ao discente uma real apropriação de espaços variados, construídos e naturais, gerando condições plenas para diversas aprendizagens, experiências e relações interpessoais.

Finalizando o trabalho, no capítulo III busco abordar a importância de um maior diálogo entre o arquiteto e os demais profissionais envolvidos no currículo pedagógico da escola, para a construção de uma arquitetura que promova uma educação libertadora. Criando um espaço escolar mais agradável e inovador, que almeje um novo caminho para a educação, desvinculando a atual vivência do aluno então prisioneiro do espaço, e transportando-o para um processo educacional libertador, que promove um verdadeiro desenvolvimento do indivíduo, não se preocupando somente com sua formação intelectual, mas também capacitando-o em um sujeito autônomo, participante e crítico no campo pessoal e profissional.

Portanto o objetivo geral desse trabalho consiste em discutir a arquitetura escolar e a sua influência na educação. Tendo como questão orientadora, como a arquitetura escolar expressa ou desempenha as relações de poder e influência no processo pedagógico.

CAPÍTULO I

UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA ARQUITETURA ESCOLAR NO BRASIL

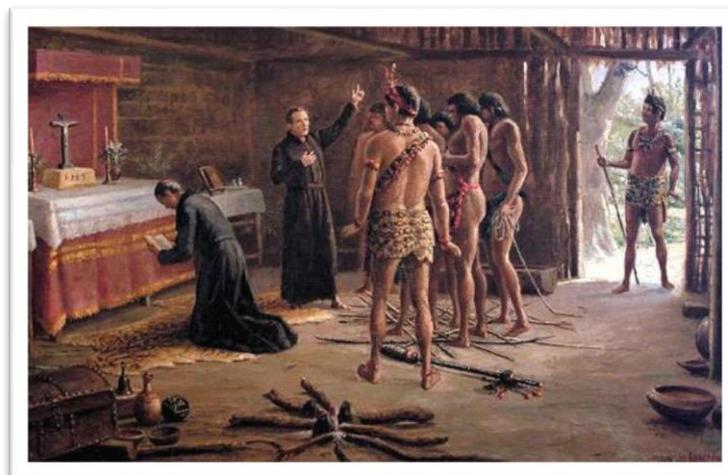
(...) todo educador, se quiser sê-lo, tem de ser arquiteto. De fato, ele sempre o é, tanto se ele decide modificar o espaço escolar, quanto se o deixa tal qual está dado. O espaço não é neutro. Sempre educa. Resulta daí o interesse pela análise conjunta de ambos os aspectos - o espaço e a educação -, a fim de se considerar suas implicações recíprocas.

(FRAGO e ESCOLANO, 2001)

A etimologia da palavra: “escola”, do grego “scholé” e do latim “schola”, tinha seu significado original como “lazer, descanso”, o ato de estudar era uma atividade para poucos privilegiados que podiam dedicar o seu tempo ao ócio, sem necessitar exercer um trabalho servil. Na Grécia antiga a escola era qualquer ambiente onde se construía uma relação de aprendizado entre indivíduos que podiam se dedicar horas a discutir os mais diversos conteúdos.

Os primeiros indícios de uma escola no Brasil se deram com a chegada da Companhia de Jesus vinda de Portugal. Assim que os jesuítas chegaram em 1549, foram implantados alguns locais com o intuito de catequizar os índios nativos por meio da fé católica e assim, conseqüentemente, conquistar mais mão de obra para a Coroa. Um ano após a chegada dos jesuítas, foi construído em Salvador, Bahia, o Colégio dos Meninos de Jesus, a primeira escola oficial do Brasil.

Figura 1: Tela de Benedito Calixto (1853-1927) - Anchieta e Nóbrega catequizando os índios.



(Fonte¹: Jesuítas no Brasil Colônia)

¹ Disponível em: <<http://escolakids.uol.com.br/jesuítas-no-brasil-colonia.htm>> Acesso em abril de 2017.

Praticamente, foram dois séculos de domínio do método educacional jesuítico, que termina no século XVIII, com a Reforma de Marquês de Pombal. Com a expulsão dos jesuítas do território português, reformas são postas em práticas, principalmente com relação à estratégia educacional da época. Marquês de Pombal foi o principal responsável por tais mudanças, uma das suas principais medidas se deu por intermédio do documento "Alvará de 28 de junho de 1759", que cominou com o fim da educação jesuítica e sua organização de ensino, instaurando nas escolas aulas de gramática latina, grego e retórica; além disto, propiciando o cargo de diretor de estudos.

No fim do Brasil colônia, quando Portugal passa por questões políticas delicadas e ameaças vindas dos franceses em invadir seu território, a família real é transferida para a colônia brasileira, fazendo com que assim o Brasil passe a ser Império. A vinda da Coroa Portuguesa trouxe diversas mudanças para o país, econômicas, estruturais e também educacionais.

Nesta época o ensino, em sua maioria, era aplicado em lugares diversificados como, salas alugadas, emprestadas ou paróquias, onde os professores conseguiam aglomerar uma pequena quantidade de alunos e transmitir seus conhecimentos. Esses ambientes eram desprovidos de conforto ou recursos, a falta de iluminação e a reduzida circulação de ar comprovava a importância de um investimento para o desenvolvimento dos ambientes escolares.

Somente no fim do Brasil Império e com a chegada do Brasil República começou a se pensar na arquitetura escolar e na sua importância como um pilar para o desenvolvimento da educação. Neste período com a demanda populacional em alta, ocorreram significativas mudanças na composição espacial do meio escolar.

No século XX, com as mudanças sociais vinda da República, as edificações escolares brasileiras começam a trazer referências do modernismo que se deram primeiramente na Europa. Com essas transformações, as escolas construídas em São Paulo seguiam um modelo neoclássico com as plantas padronizadas, com destaques nas escadarias e na sua simetria entre a verticalidade e horizontalidade, somente a fachada diferenciava todas as escolas que foram construídas naquele período, pois os arquitetos usavam pinturas distintas.

Figura 2: Fachada frontal da Escola Modelo da Luz, atual Grupo Escolar Prudente de Moraes.



(Fonte²: Centro de Referência em Educação Mário Covas, São Paulo).

O sistema de ensino da Escola Modelo da Luz era composto por uma grade de aulas com horários rígidos, turmas separadas por classes, com salas separadas para meninos e meninas, onde o acesso a estas também era independente. O professor era o detentor de todo o conhecimento, posicionado ao centro da sala, com os alunos a sua volta. Esta foi a primeira escola que recebeu da arquitetura uma organização mais funcional e voltada especificamente para a educação. Após isto, a escola tornava-se um instrumento fundamental para uma sociedade que tinha um crescimento populacional alto e que buscava por uma educação pública com acesso para todos.

Nos anos de 1930, o movimento “Escola Nova” ganha impulso no Brasil, especialmente após o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova". Buscando referenciais nas obras de ilustres educadores, como Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que fez sugestões para um modelo de educação novo, voltado para a autonomia e liberdade da criança na escola, possibilitando assim que elas desenvolvessem seus dons naturais; Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), que dizia que a escola deveria ser mais bem organizada, com atividades mais flexíveis, onde o professor e o aluno mantinham se juntos; Friederich Froebel (1782-1852), que visava uma pedagogia ativa e liberatória, citando a importância do brinquedo para a educação; John Dewey (1859-1952), principal contribuinte para os princípios da Escola Nova, enfatizava que a educação era necessária para a continuidade da sociedade, além de seu discurso falar da importância de propiciar a criança uma

² Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/1976>> Acesso em abril de 2017.

autonomia para que esta não se desenvolvesse pelos modelos estabelecidos previamente; entre outros nomes que foram um marco para este período.

Com base nessas ideias, a Escola Nova teria a atribuição de elaborar um espaço na escola que possibilitasse que as crianças fossem estimuladas para exercer suas atividades escolares. Além disto, a reforma da escola passava a ter o aluno no centro da aprendizagem, buscando prepará-lo para uma sociedade em frequente transformação. Toda essa mudança pedagógica afetou também a arquitetura da escola, onde o seu projeto passou a ter como enfoque divisões mais claras de suas funções, prezando pela simplicidade, levando em consideração o bem-estar do aluno, as condições de higiene, disposição e ventilação das salas, além de, proporcionar novos ambientes como: sala de leitura, auditório, biblioteca, entre outros.

Nos anos 50 o Brasil passou por novas mudanças em sua arquitetura escolar. Após a inclusão de outras atividades extracurriculares no quadro de disciplinas das escolas – a partir da década de 30 – houve uma reformulação baseada no conceito de educação integral, garantindo assim novos ambientes para proporcionar um melhor aproveitamento do espaço escolar em função dos alunos, isto é, mais ambientes disponíveis para comportar as mudanças de turnos e todas as dinâmicas aplicadas pela escola.

O principal idealista desta ideia foi o educador Anísio Teixeira, que tinha uma visão muito além de sua época. Anísio acreditava que o espaço escolar público deveria ser baseado na racionalidade e no aproveitamento do espaço, através da sua otimização. Em busca de uma escola que possuísse uma arquitetura moderna e um ensino integral, Anísio desenvolveu em setembro de 1950 juntamente a dois arquitetos importantes desta década, Hélio Duarte e Diógenes Rebouças, o revolucionário Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador.

Nesse sentido, Anísio Teixeira pode ser considerado como ‘o arquiteto da educação brasileira’ tal era o seu empenho em prover a escola de um espaço especificamente planejado para a educação. Em suas administrações, as escolas foram projetadas, por arquitetos, com base nos princípios da racionalidade e funcionalidade, próprios da arquitetura moderna, que determinaram a concepção de programas arquitetônicos distintos (Tipo Mínimo, Nuclear, Platoon de 12, 16 e 25 classes e Escola Parque), de acordo com a localização e as necessidades de cada escola, Esses programas buscavam dar

conta de uma melhor organização do espaço para atender as exigências das modernas conquistas pedagógicas e dos novos hábitos de higiene, tudo isso aliado à economia das construções escolares. (DÓREA, 2000).

Tendo como base o conceito da Escola Platoon, de John Dewey, a escola classe e escola parque desenvolvidas por Anísio, distribuíam os alunos em espaços diferenciados, já que era construída em pavilhões. Na escola classe os alunos compareciam as aulas tradicionais de matemática, português, geometria, entre outras. Já na escola parque os alunos eram destinados às aulas de socialização, como esportes e cursos profissionalizantes.

Figura 3: Escola Parque



(Fonte: ROCHA, 2012)

A década de 60 foi um período de renovação para a arquitetura urbana, o que acabou causando um impacto também nos prédios escolares, que passaram a ser mais arejados, abertos, com mais salas, possuindo diferenciação nos seus blocos, caminhando assim para uma perspectiva mais moderna. Porém neste período, existia um obstáculo bem frequente entre a arquitetura e a pedagogia, o que acaba por vezes afetando o andamento de uma construção mais bem elaborada.

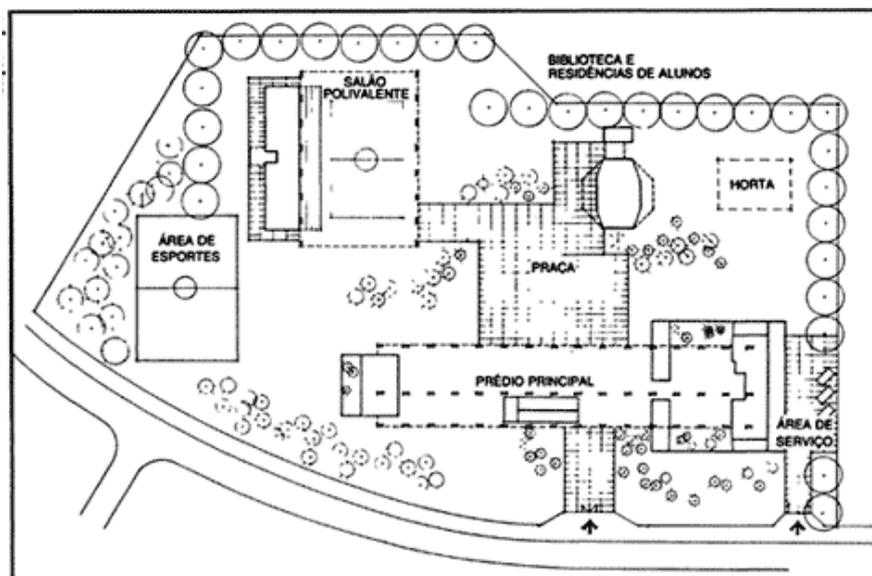
Para o desenvolvimento de plantas escolares, não existia um profundo estudo pedagógico de como aqueles ambientes poderiam ser utilizados e reutilizados no futuro. A educação é um 'corpo em movimento', está sempre se transformando e por isto necessita de espaços que acompanhem suas diferentes fases. Mas nesta época, o diálogo entre os arquitetos e os educadores não existia, as necessidades

espaciais que o pedagogo tanto idealizava para alcançar uma educação multidisciplinar, não eram atendidas pelos arquitetos, que realizavam seus projetos com foco no modernismo e na qualidade plástica de seus edifícios.

Nos anos 70 a padronização dos projetos escolares tomou conta das construções que anteriormente possuíam mais criatividade em suas plantas. Os arquitetos sentiam se muito presos nessas configurações pré-moldadas, mas essas medidas foram tomadas para que o custo e o tempo gasto com todas as construções fossem minimizados.

Com a chegada dos anos 80 a falta de escolas no Rio de Janeiro era notável, o que fez o então governador Leonel Brizola, refletir sobre uma escola pública de qualidade, que atendesse o maior número possível da população carente do Estado. Em busca de realizar esse projeto, o governador teve o auxílio do antropólogo Darcy Ribeiro, que buscou influências na década de 50, com o projeto 'Escola Parque' de Anísio Teixeira. Além desses nomes, o arquiteto que se responsabilizou por esses edifícios, foi Oscar Niemeyer.

Figura 4: Projeto padrão criado por Oscar Niemeyer para os CIEPs.



(Fonte³: Artigo - Centros Integrados de Educação Pública: uma nova escola).

Brizola, então governador do Rio de Janeiro, prometeu construir 500 unidades de CIEPs, em diferentes bairros para atender toda a população desprovida de

³ Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000300004> Acesso em abril de 2017.

educação de qualidade. Em 1985 o primeiro ficou pronto, como o arquiteto Oscar Niemeyer utilizou uma estrutura pré-moldada em concreto com menor custo, a construção desses edifícios era concluída rapidamente, por isto no início dos anos 90 todos já estavam prontos, e a aplicação deste novo projeto continuou em andamento. Na época de inauguração do primeiro Centro Integrado de Educação Pública, Darcy Ribeiro explicou em seu discurso o projeto educacional do CIEP:

O Ciep é uma escola que funciona das 8 horas da manhã às 5 horas da tarde, com capacidade para abrigar 1.000 alunos. (...) No bloco principal, com três andares, estão as salas de aula, um centro médico, a cozinha e o refeitório, além das áreas de apoio e recreação. No segundo bloco, fica o ginásio coberto, com sua quadra de vôlei/basquete/futebol de salão, arquibancada e vestiários. Esse ginásio é chamado de Salão Polivalente, porque também é utilizado para apresentações teatrais, shows de música, festas etc. No terceiro bloco, de forma octogonal, fica a biblioteca e, sobre ela, as moradias para alunos residentes. (RIBEIRO, 1986, p. 42.)

Já nos anos 2000 foi construído os Centros Educacionais Unificados (CEUs), que buscaram influencia tanto na Escola Parque dos anos 50, como nos CIEPs dos anos 80/90. O projeto arquitetônico desses centros buscava transformar o espaço urbano em que fosse estalado, pois como a maioria dos lugares onde foram construídos não teve um planejamento urbano, o CEU trazia uma estrutura grandiosa, bem definida e organizada para aquele ambiente, como afirma Roberto Segre:

As escolas, em geral, foram implantadas em áreas de população de baixa renda e com entorno físico degradado. Daí a procura de uma significação não somente funcional, mas também estética, com o objetivo de criar um valor sociocultural, com uma identidade da imagem arquitetônica para os moradores. (SEGRE, 2006).

Figura 5: Vista aérea do Centro Educacional Unificado Jambeiro.



(Fonte: ARCOWEB, 2011)

Todas as unidades dos CEUs se destacavam por seu vasto tamanho, com seus prédios mais autônomos interligados por marquises abertas, sem seguir um modelo fixo. As instalações físicas foram pensadas para atender de maneira apropriada todos os alunos que frequentavam a escola em horário integral, além disto, como nos CIEPs, nos finais de semana a comunidade também era bem vinda para realizar atividades funcionais, isso permitia uma maior aproximação entre comunidade e escola.

A organização da planta era pensada de modo que permitisse o aluno uma maior flexibilidade entre os estudos, alimentação e horários de lazer. No primeiro andar (térreo) dos prédios se encontravam os refeitórios, cozinha, salas de leitura, salas de vídeo, vestiários, entre outros. No segundo e terceiro andar se encontravam as salas de aula, bem organizadas nas laterais de um corredor, com iluminação natural e boa circulação de ar. Outra curiosidade presente na arquitetura dos CEUs é a ausência de muros em suas laterais, diferentemente de outras escolas, a ideia do projeto era permitir que a escola e o ambiente ao seu redor se incorporassem um ao outro. Os arquitetos responsáveis por assinar este projeto foram Alexandre Delijaicov, André Takiya e Wanderley Ariza.

Com base em todas essas informações é possível perceber que no início da história do Brasil, mas precisamente Império e República, não existiam lugares adequados para o ensino. Com o passar dos anos, com a sociedade em crescimento foi necessário se pensar em ambientes próprios para uma escola que pudesse atender a população em espaços adequados. Ao longo de todos esses anos diversas escolas foram construídas, tendo seus espaços físicos usados de maneiras diferentes, e dependendo do período com um enfoque mais na estética ou na sua funcionalidade.

CAPÍTULO II

A ARQUITETURA ESCOLAR SOBRE UMA ABORDAGEM FOUCAULTIANA

Toda arquitetura é em definitivo necessária, mas também arbitrária, funcional, retórica. Seus signos indiciários deixam, no traçado do cotidiano, marcas que guiam a conduta.

(ESCOLANO, 1994)

A arquitetura escolar não se apresenta sem fundamentação no eixo da sociedade, acompanhando o contexto dela no Brasil, fica perceptível compreender que ela vai se moldando conforme o andamento do meio em que se encontra, sempre vinculada ao seu momento histórico, político e econômico. Atualmente, no século XXI o planejamento das construções escolares, busca ajustar se a sociedade capitalista na qual o país se encontra.

Para um melhor entendimento sobre a maneira que a arquitetura escolar se aplica na sociedade, tomemos como elemento norteador os principais pensamentos do filósofo Michel Foucault mediante a relação poder-saber. Buscando aproveitar e transportar essas reflexões para o campo educacional, onde o indivíduo vivendo em um meio social, se constitui sujeito através de práticas e discursos antecipadamente politizados para um sistema capitalista dominante.

Na sociedade a concepção do tema poder é relacionada à imposição de um determinado querer sobre outro, onde geralmente, considera se o detentor do poder, a pessoa ou a instituição com uma posição elevada dentro da sociedade, seja por possuir um grande patrimônio, status social ou até mesmo político. O filósofo Michel Foucault em suas diversas pesquisas realiza uma análise bem detalhada sobre a temática poder, onde contrapõe essa interpretação que o corpo social dá.

Para Foucault o poder não é propriedade de determinado indivíduo ou instituição, pois o poder é um encadeamento onde todos os membros de uma comunidade social o exercem.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado

aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2004, p. 193)

O poder está em todos os lugares em que existe uma relação entre pessoas, este não somente acontece de uma posição superior para inferior, mas também do inferior para o superior. Todo o indivíduo exerce o poder em suas múltiplas relações na sociedade, seja no convívio social, nas falas cotidianas, nos seus relacionamentos profissionais ou pessoais, pois como afirma Foucault, o poder acontece e se move no meio de todos nós.

Dessa forma, para Foucault, através da vinculação do poder-saber, o indivíduo se torna um sujeito assujeitado á sociedade em que se encontra. É importante salientar que o meio em que vivemos é dirigido por um determinado sistema, e este sistema tem como base uma verdade estabelecida ao longo dos anos de desenvolvimento. Por isto, todos os indivíduos que vivem em sociedade têm suas características resultantes de uma verdade estabelecida e guiada pelo poder.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p.12).

Para Foucault a verdade é produzida pelo poder, e este é executado todos os dias na sociedade, mas para que ele funcione de maneira sutil e precisa, são necessários meios que o coloquem em prática. Michel Foucault aponta dois mecanismos que são utilizados para isto: a vigilância e a punição. O primeiro respectivamente é utilizado em todos os ambientes em que se tem um grupo de indivíduos, como por exemplo: escolas, hospitais, prisões e quartéis. Essa vigilância ocorre basicamente pelo olhar atento, quando alguém passa a observar a ação do outro e como resultado final desta ação todos estão se observando.

O olhar vai exigir muito pouca despesa. Sem necessidade de armas, violência física, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por

interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá essa vigilância sobre e contra si mesmo. Formula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório. (FOUCAULT, 2004, p. 218)

O outro mecanismo utilizado para exercer o poder é a punição, porém por ser uma ação mais ameaçadora, na maioria das vezes é exercida com algumas limitações, pois o importante para o sistema é que essa ação não ultrapasse o admissível pela sociedade, já que só assim será aceita e vista apenas como uma medida disciplinadora.

O poder e seus mecanismos de aplicação são exercidos em muitos ambientes, mas um dos principais, onde pode se notoriamente observa lós, é na arquitetura escolar. A vigilância e a punição foram e estão inseridas no currículo da escola e em seu espaço físico de forma tênue, para que a comunidade escolar considere esses mecanismos como algo indispensável para o bom desenvolvimento educacional do aluno.

A arquitetura escolar é planejada desde o princípio para a vigilância ser exercida. Pode se perceber isto logo no começo do seu projeto, quando o seu posicionamento geográfico é delimitado na cidade para atender determinado público alvo. Os principais centros da cidade recebem alunos de uma classe social mais favorecida, enquanto as escolas das periferias acolhem os alunos das classes mais desprovidas. Essa separação já contribui para o controle que será aplicado pela vigilância, que adequará os grupos discentes para o meio distinto em que vivem.

Já a construção da escola é desenvolvida de maneira que facilite o controle dos alunos por parte dos gestores. Todo o aspecto e a estrutura da arquitetura escolar são pensados e elaborados com o intuito de vigiar o corpo estudantil. Esse controle interior conquistado através da vigilância, para Foucault, passa a aprisionar o aluno, tornando a vivencia escolar um período de opressão, onde o sujeito se torna domesticado.

De modo geral, as escolas convencionais são planejadas para que os alunos sejam controlados a todo instante. Analisando a arquitetura desses espaços escolares, pode se perceber que o projeto de construção tem base no quadriculamento espacial, que segundo Foucault, é uma maneira eficaz de se aplicar o poder disciplinar.

O quadriculamento espacial da arquitetura escolar se dá pelo formato quadrado dos espaços, pela disposição das salas de aula para os corredores, pelo formato do pátio central com panorâmica para a sala dos gestores, por meio das salas dos professores e da direção com visão facilitada para o corpo docente, e das salas dos inspetores próximas às salas dos alunos, entre outros fatores. Refletindo sobre essa composição arquitetônica fica fácil compreender que a maior intenção atrás do projeto é permitir que se tenha um controle interno detalhado de todo o ambiente, tonando possível a disciplinar os componentes do corpo escolar.

O poder disciplinar além de agir pela arquitetura escolar, também atua através do ornamento espacial. Foucault salienta que toda a disposição minuciosa do espaço favorece o mecanismo de vigilância. As salas de aula dispostas para um corredor central; o alinhamento das carteiras voltadas para o professor, uma forma de hierarquização; a separação de turmas por gênero sexual; a ordenação das séries por andares; a distribuição dos alunos nas turmas por nível de proficiência; os intervalos recreativos separados por séries (idade); os uniformes para a fácil identificação dos alunos, entre outros. Todas essas ações controladoras impõem uma sujeição dos alunos, convertendo os em corpos dóceis. E um aspecto foucaultinano importante de se destacar é a necessidade da docilização dos corpos, que por esse conceito Foucault (2010) entende:

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que poder ser transformado e aperfeiçoado. [...] Nesses esquemas de docilidade, em que o século XVIII teve tanto interesse, o que há de tão novo? Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações.

A sujeição do corpo ocorre a todo o tempo dentro da escola, o aluno é doutrinado exaustivamente todos os dias, sendo inibido de ter sua própria expressão corporal. Nas salas de aula o discente é obrigado a fazer silêncio absoluto, sendo proibida a conversa paralela; a sentar de modo correto, com as pernas para frente e a coluna respaldada na cadeira; a pedir permissão para se hidratar, ou até mesmo para conseguir realizar suas necessidades fisiológicas, aceitando ir somente ao tempo que o professor estabelecer; além disto, no recreio, único momento denominado 'lazer' para os alunos, é proibido realizar muitas atividades, já que é

‘aconselhável’ não realizar algumas brincadeiras que podem causar ferimentos, como o ato de correr.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 1987, p. 165)

A disciplina através da relação poder-saber torna o indivíduo útil e produtivo para o sistema. Essa vigilância praticada pela escola gera um funcionamento automático do poder, que Michel Foucault caracteriza como função do panóptico. A arquitetura do Panóptico de Bentham é considerada por Foucault uma estrutura propícia para a vigilância, mecanismo utilizado pelo poder.

O *Panóptico* de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. (FOUCAULT, 1987, p. 223)

A arquitetura do Panóptico assegura que cada indivíduo estará sozinho na sua cela, que fica situada de frente para a torre do vigia, único local que permite que o detento tenha certa visibilidade, já que as celas laterais são construídas de modo há não permitir nenhum tipo de contato entre os prisioneiros. Desta maneira, o sujeito é observado, porém não consegue observar de volta, o que gera nele a sensação de estar sendo vigiado todo o tempo, mas na realidade ele nunca terá certeza e este é o objetivo central do Panóptico, fazer o prisioneiro se alto vigiar. Essa manipulação com o prisioneiro assegura que o poder se torne uma ação involuntária.

Com base nas informações sobre a arquitetura e a relação poder-saber existentes no Panóptico de Bentham, fica evidente perceber a similaridade presente

entre a prisão e a escola. Ambas possuem uma arquitetura voltada para a vigilância, que resulta o poder disciplinar sobre todos que frequentam tal ambiente. Além disto, as duas instituições segundo Foucault, utilizam-se de diversos dispositivos para controle e punição do conjunto de indivíduos.

Esses dois grupos sociais, os discentes escolares e os presidiários, por mais que aparentem viver em condições completamente distintas, na realidade dividem muitas vivências em comum. A escola é responsável por constituir um determinado tipo de sujeito, já a prisão é responsável por recompor e reintegrar o sujeito. Para alcançar esses objetivos e conseqüentemente atingir bons resultados as duas instituições fazem uso da vigilância e da punição.

A punição se apresenta de diversas formas dentro da escola, pois a intenção do sistema social é que o aluno se torne um sujeito dócil, porém ao mesmo tempo útil para a comunidade em que vive, e para que isto ocorra acertadamente, é necessário que todos os dispositivos utilizados sejam embutidos no currículo e na rotina escolar. A escola deverá passar conhecimentos aos alunos, mas também estará incumbida de moldar um novo cidadão, para que em sua futura ocupação profissional esses ensinamentos e convicções façam parte de seu caráter.

Desta forma, a punição vem fazendo parte das práticas educacionais cotidianas há muitos anos, assim como nos presídios, onde a punição é usada pelas instâncias do poder para que a ordem e disciplina prevaleçam no ambiente. Antigamente a prática da punição na escola era manifestada de forma física, onde os professores eram autorizados a castigar os alunos ditos “bagunceiros” ou “preguiçosos a aprendizagem”, esses castigos normalmente eram representados através do uso de palmatórias. As punições atuais comparadas as do passado mudaram, já que hoje a legislação regulamentadora reprova a utilização de violência física nos ambientes escolares, porém as punições continuam existindo de forma psicológica, o que não as torna menos prejudicial.

Para serem aceitas socialmente, sem infligir nenhuma lei, as punições escolares passaram a ser aplicadas através de novos métodos. Atualmente o cotidiano escolar do aluno é repleto de punições incorporadas ao currículo escolar, entre elas: a formação de filas para a maioria das atividades realizadas, a aplicação

de provas para medir o conhecimento adquirido, a reprovação escolar, a reprodução diária do hino nacional, a transcrição das matérias e a imposição do silêncio.

Além destas punições, outros métodos disciplinares obrigatórios existentes nas escolas, são igualmente encontrados nas prisões, como: a penalidade por mau comportamento, onde na escola o aluno recebe uma advertência, suspensão ou expulsão escolar, já no presídio o detento tem sua pena privativa de liberdade aumentada; o uso de uniformes, no qual é obrigatório nas duas instituições, para que os indivíduos sejam facilmente identificados e controlados; e outro meio elementar para o monitoramento dos dois grupos sociais são os inspetores e os carcereiros, que tem a função similar de vigiar e controlar os indivíduos.

Todos esses métodos punitivos encontrados nas escolas e nas prisões possuem a mesma finalidade, que é doutrinar o indivíduo submetendo o regulamente ao poder disciplinar, onde este passa a condescender que cabe a ele se adequar ao ambiente. Esses processos punitivos acometem na estagnação do indivíduo, que após sair dessas instituições não exercerá um papel atuante na sociedade em que vive, pois seu corpo e sua mente já foram moldados a serem dóceis. E a verdade estabelecida pelo sistema atua culpando exclusivamente o indivíduo, absolvendo a sociedade de qualquer tipo de responsabilidade.

Para Foucault, o homem contemporâneo é derivado de todas essas táticas aplicadas pelo poder, principalmente dentro da escola onde o poder disciplinar é exercido sobre ele desde sua primeira infância até a juventude. Foucault conceitua o aluno como indivíduo único, cuja habilidade analítica é bloqueada e podada pelo sistema de aprisionamento escolar, impedindo-o de desenvolver sua capacidade intelectual, em razão de ser alimentado por ideias e conceitos que tiram sua identidade, moldando-o e colocando-o em sintonia com os demais indivíduos da sociedade.

A instituição escolar e sua arquitetura são responsáveis por moldar ininterruptamente o indivíduo para discursos adotados pelo contexto social. Sendo assim, o indivíduo desde criança recebe valores estabelecidos pela sociedade, e esses discursos o pressionam para que ele desempenhe determinado papel, se enquadrando no denominado aceito. Desta forma, o sistema educacional funciona como suporte para o discurso expresso pela sociedade. O aluno vira um produto

social e a escola torna-se uma linha de produção, assim, ele é pensado e fabricado de uma forma única, com as mesmas características dos demais e após a sua formação, ele é “vendido” ao ambiente social como um objeto para usufruto do sistema.

Porém neste mesmo contexto, é válido salientar que ainda que a escola aplique todo esse o poder sobre o aluno, ela também reparte o saber, pois segundo Foucault, o poder, o corpo e o saber são direções interligadas. Por isto, todas essas ações que são exercidas sobre os alunos acabam gerando uma forma de saber, pois todo o discurso é oriundo das relações de poder. Cada situação criada pelo poder, em algum determinado momento vai ser retardada pelo conhecimento.

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. (FOUCAULT, 1987, p. 31)

Visto isto, Foucault afirma que a partir do momento que o indivíduo é capaz de perceber que a sociedade impôs e estabeleceu uma determinada verdade sobre seu corpo, ele passa a empenhar-se para ter sua opinião ativa no meio social em que vive. Mesmo que isto não o torne um cidadão absolutamente livre da relação poder-saber existente na sociedade, com suporte deste discurso adquirido, ele passa a questionar a verdade difundida pelas instituições, incluindo a escola.

A educação pode muito bem ser, de direito, o instrumento graças ao qual todo o indivíduo, numa sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso; sabemos, no entanto que, na sua distribuição, naquilo que permite e naquilo que impede, ela segue as linhas que são marcadas pelas distâncias, pelas oposições e pelas lutas sociais. Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que estes trazem consigo. (FOUCAULT, 2004, p. 12)

Por isto, Foucault também atenta para a importância de compreender o poder nas suas duas vertentes, já que ao mesmo tempo em que ele adentra, reprime e torna o indivíduo assujeitado ao sistema, ele também é capaz de produzir saberes. Todas as situações regidas pelo poder, geram saber, que acabam por provocar alterações nos indivíduos que antes eram acomodados em verdades estabelecidas.

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”,

“abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 1987, p. 218)

Após toda essa análise baseada em Foucault, fica compreensível que aonde existir relações humanas, sempre haverá a relação poder-saber. Transportando essa reflexão para a arquitetura escolar, pode se perceber que mesmo com o desenvolvimento do currículo pedagógico a instituição escolar atual não progrediu notavelmente a romper os paradigmas de uma educação que aprisiona e adestra o aluno, ela ainda permanece sendo uma ferramenta do sistema dominante.

Ainda que o sistema atual diga que a arquitetura escolar e seu currículo sofreram modificações para melhor, adequando se as novas condições impostas pela sociedade contemporânea, é notório constatar que o ato de disciplinar os corpos ainda atua no ambiente escolar, de maneira sutil e até mesmo camuflada pelo uso de novas tecnologias para o controle do corpo docente. Em vista disto, é necessário caminhar em busca de uma educação que liberte verdadeiramente o indivíduo dessa idealização de sujeito dócil.

Para que isto ocorra, cabe ao indivíduo resistir ao poder, levando em conta que ao mesmo tempo em que ele coíbe, também é capaz de produzir conhecimento. Desta forma, o indivíduo deve fazer uso do poder como instrumento transformador, considerando seu lado positivo, e opondo se as repressões do sistema. Indo em busca das mudanças necessárias para que a arquitetura escolar e a pedagogia promovam uma educação libertadora.

CAPÍTULO III

UMA NOVA ARQUITETURA ESCOLAR PARA UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.

(PAULO FREIRE, 1987)

Como argumentado nos capítulos anteriores, a arquitetura escolar sempre foi parte fundamental para a construção da educação brasileira, ao longo dos anos ela foi se desenvolvendo juntamente com a sociedade, porém os questionamentos levantados atualmente sobre a melhoria da educação no âmbito social continuam sendo direcionados exclusivamente para o currículo escolar. Apesar de a arquitetura escolar ter uma grande importância para a elaboração da escola e do aperfeiçoamento educacional do estudante, até este momento permanece sendo um assunto muito pouco analisado, por administradores e estudiosos da educação.

Ao longo dos anos muitos estudos e projetos estiveram em elaboração para que o progresso educacional almejado pela sociedade fosse alcançado. Apesar disto, se as práticas escolares atuais e as clássicas forem comparadas, fica perceptível observar que muitos mecanismos de vigilância e punição ainda permanecem nas técnicas escolares e na estrutura física da instituição. Deste modo, o que de fato se modificou nas escolas foi o discurso, mas o restante continua entranhado na essência da escola, de modo tênue, porém sobrevive.

Desde o começo da sua vida escolar o aluno é adestrado através da constante vigilância e da punição disciplinar a ser um corpo dócil dentro da instituição. Toda essa domesticação do indivíduo é proposital para que futuramente, já como um cidadão em sociedade, este continue aceitando e se adaptando as regras estabelecidas pelas instituições governantes, passando a viver oprimido e sem uma voz ativa.

A educação é um agente transformador, através dela é possível reintegrar indivíduos oprimidos que vivem em situações sociais de repressão. Por isto, o enfoque para uma reforma social deve ser a educação, pois somente através dela é possível formar cidadãos pensantes e questionadores do meio social em que vivem.

Para tanto, se é necessário idealizar um novo modelo escolar, que não oprime e classifica, mas que vise uma pedagogia libertadora e um espaço físico acolhedor.

Atualmente no Brasil, para a maioria das edificações das escolas públicas, o governo elabora conjuntamente com os arquitetos um projeto padrão que visa principalmente o funcionalismo e a economia financeira na obra. Esse projeto padrão é muito utilizado na construção das instituições públicas do meio urbano, como hospitais, presídios e escolas. A autoafirmação, por parte dos órgãos administrativos, de que este projeto é o ideal, se dá por sua mão de obra ser repetida, acredita-se que por ser um projeto posto em prática repetidamente na construção de diversas escolas, ele resultará em menos falhas na sua execução. Além de se tornar uma marca para o governo vigente, já que a padronização das edificações se torna uma identidade da época em que foi construída.

Entretanto, essa padronização das arquiteturas escolares está distante de alcançar uma educação libertadora. Uma vez que, por ser um projeto padrão ele não necessariamente se adequará a qualquer ambiente em que for incorporado, referindo-se ao espaço físico e ao ambiente a sua volta. A falta de flexibilidade da construção padronizada acaba resultando em escolas desproporcionais, com problemas no seu desempenho ambiental. Deste modo, constata-se que o projeto padrão é carente em seu planejamento, por isto é primordial que se pense em uma nova arquitetura escolar, que leve em conta mais do que só a estrutura do prédio, mas também as peculiaridades do tempo, do espaço, da cultura e do local em que será inserido.

É fundamental pensar em uma escola que tenha como enfoque uma educação libertadora, voltada para a transformação social, que coloque sempre em primeiro plano o aprendizado e bem estar do aluno. Mas para que esta proposta tenha êxito é indispensável que a pedagogia escolar, caminhe conjuntamente com a arquitetura escolar, somente com o diálogo entre esses dois ramos profissionais será possível à construção de escolas que visam o conhecimento, a independência e a comodidade dos alunos.

(...) o arquiteto, por sua vez, é um educador, cujo ensinamento se transmite através das formas que ele concebeu e que constituem o entorno da criança, desde a sua mais tenra idade. (...) todo educador, se quiser sê-lo, tem de ser arquiteto. De fato, ele sempre o

é, tanto se ele decide modificar o espaço escolar, quanto se o deixa tal qual está dado. O espaço não é neutro. Sempre educa. Resulta daí o interesse pela análise conjunta de ambos os aspectos - o espaço e a educação -, a fim de se considerar suas implicações recíprocas. (FRAGO e ESCOLANO 2001, p.116-117)

A educação libertadora vai procurar alçar voos mais altos que a educação tradicional, pois ela se empenhará em anular qualquer conjuntura repressora existente dentro do currículo pedagógico, além de aperfeiçoar os espaços físicos da escola para que estes passem a ser constituídos como um lugar.

Qualquer atividade humana precisa de um espaço e de um tempo determinados. Assim acontece com o ensinar e o aprender, com a educação. Resulta disso que a educação possuiu uma dimensão espacial e que, também, o espaço seja, junto com o tempo, um elemento básico, constitutivo, da atividade educativa. A ocupação do espaço, sua utilização supõe sua constituição como lugar. O “salto qualitativo” que leva do espaço ao lugar é, pois, uma construção. O espaço se projeta ou se imagina: o lugar se constrói. Constrói-se “a partir do fluir da vida” e a partir do espaço como suporte: o espaço, portanto, está sempre disponível e disposto para converter-se em lugar, para ser construído. (FRAGO E ESCOLANO, 2001, p. 61)

Levando em consideração a fala de Frago e Escolano, conclui-se que a constituição do espaço escolar em lugar é importante para a formação educacional do aluno. A instituição escolar é reconhecida como um segundo lar para muitos estudantes, visto que este passará anos da sua formação como indivíduo, se autodescobrindo e aprendendo a desvendar o mundo a sua volta dentro desses espaços. Desta forma é preciso considerar o espaço escolar como um elemento educativo, já que são territórios produtores de significados.

Na experiência humana o espaço nunca é vazio. Ele é sempre o lugar repleto de significados, lembranças, objetos e pessoas, que atravessam o campo de nossa memória e dos nossos sentimentos, desperta tristezas e alegrias, prazeres e dores, tranquilidade e angústias.

Para qualquer ser vivo, o espaço é vital, não apenas para a sobrevivência, mas, sobretudo para o seu desenvolvimento. Para o ser humano, o espaço, além de ser um elemento potencialmente mensurável, é o lugar de reconhecimento de si e dos outros, porque é no espaço que ele se movimenta, realiza atividades, estabelece relações sociais. (LIMA, 1995, p. 187)

A arquitetura escolar tem uma importante contribuição para a elaboração de uma educação libertadora com lugares físicos adequados, pelo fato dela estar sempre em desenvolvimento, buscando materiais inovadores e um maior contato

com a natureza. Para um projeto arquitetônico alcançar o objetivo de edificar uma escola voltada para o ensino libertário, é necessário atentar para alguns aspectos relacionados à futura qualidade do ambiente. Como afirmava Ernst Neufert, renomado arquiteto e professor alemão, existem fatores fundamentais para a construção de uma boa escola, que são: luminosidade, ventilação, acústica e proporcionalidade dos alunos em sala.

Em primeiro lugar, é imprescindível que a fachada escolar receba transformações, em razão de ser um dos principais elementos de enclausuramento dos estudantes. Entende-se que no momento atual, com um grande número de violência é necessário todo tipo de segurança para a proteção dos alunos. Porém o muramento e o gradeamento efetuado por toda extensão da escola, apenas atuará como um impacto negativo, assemelhando-se à fachada prisional. É preciso fazer uso da criatividade para mudar este cenário, criando uma identidade visual inovadora, podendo utilizar ilustrações artísticas. Os alunos não podem ter a sensação de estarem prisioneiros da escola, eles precisam se apropriar do local em que passaram anos de suas vidas.

Na parte interior das escolas, muitas mudanças são necessárias para a prática de uma educação libertadora, começando pela necessidade de uma iluminação mais adequada, principalmente nas salas de aula e nos outros espaços educacionais como a biblioteca e laboratórios. Para isto, é válido que a arquitetura escolar busque um aproveitamento da iluminação natural, que contribuirá para o bem-estar da visão do aluno e também para uma economia financeira de energia.

Além disto, o planejamento da altura das janelas das salas de aula será essencial para uma melhor luminosidade. Na arquitetura das escolas tradicionais, as janelas são sinônimas de opressão, quando colocadas no alto das paredes impedindo que o aluno consiga enxergar o mundo a sua volta. Por isto, as janelas devem ser postas de maneira que possibilite ao aluno enxergar o ambiente externo que o rodeia, mas, além disto, a boa disposição das janelas colaborará para uma melhor ventilação nas salas.

A ventilação do ambiente interno dos prédios escolares sempre foi um fator importante para a boa disposição e saúde dos alunos. Neufert, afirma que a disposição das janelas cruzadas entre as paredes das salas, forneceria uma melhor

circulação do ar, favorecendo o fator térmico, além de fornecer uma maior entrada da luz solar. Vale salientar a importância das salas de aula possuírem eletrodomésticos como ar condicionado ou ventiladores, de acordo com a necessidade do clima da região.

Outro critério relevante para o planejamento arquitetônico é a acústica ideal que a escola deverá receber. O ruído, seja ele interno ou externo, interfere diretamente no processo educacional do aluno, pois ele afeta a comunicação verbal entre o professor e o aluno, e também prejudica a concentração para a realização das atividades propostas. Isto costuma acontecer pelo fato das salas de aula serem muito amplas e mal projetadas, não levando em consideração a espessura ideal para as paredes ou até mesmo o material usado no chão. O problema acústico causa dano também à equipe de docentes, que para conseguirem prosseguir com suas aulas, precisam fazer um esforço extra da laringe, podendo causar sérios danos nas cordas vocais, que acabam sendo responsáveis pelo afastamento ou até aposentadoria precoce de grande porcentagem dos professores.

O isolamento acústico necessita de um projeto específico para alcançar a qualidade ideal que as salas de aula necessitam. Atualmente existem muitas formas de aplicar o isolamento acústico, até mesmo de forma sustentável, utilizando matérias recicláveis. Porém o ideal é que este processo de isolamento acústico ocorra na construção da escola, com o auxílio de um profissional especializado, que aplicará mantas para isolamento dentro das paredes, isto solucionará os problemas relacionados ao eco e também beneficiará os alunos que poderão ter uma melhor compreensão da fala do professor, além de proporcionar benefícios ao professor que não precisará forçar sua voz para expor determinado conteúdo.

O excesso de alunos nas salas de aula é um fator relevante que deve ser levado em conta na estruturação de uma escola libertadora. O problema de classes superlotadas interfere demasiadamente na qualidade do ensino, e nos dias de hoje essa é uma questão enfrentada por muitas escolas, principalmente da rede pública. Entre as adversidades causadas pela alta densidade ocupacional das classes, encontra-se o alto nível de ruído, discutido anteriormente, e também o reduzido relacionamento entre professor-aluno, já que em uma sala com muitos discentes,

fica improvável que um único professor atue de forma satisfatória com todos os presentes.

Outra dificuldade enfrentada em salas superlotadas é organização espacial da mesma. Em razão do alto número de alunos, geralmente as carteiras são enfileiradas, uma atrás da outra, todas direcionadas para o professor. Esse método tradicional de disposição das carteiras acaba impossibilitando que novas atividades sejam realizadas, como trabalhos em grupos, de corpo e movimento ou até mesmo debates organizados em formato de U, onde todos os envolvidos possam fazer contato visual. Visto isto, é importante que o projeto da arquitetura escolar garanta uma boa relação espaço físico e número de alunos. Obviamente que este quesito vai além da construção da escola, e a comunidade escolar precisa dialogar com os sistemas educacionais sobre as diretrizes legais referentes ao número ideal de alunos nas salas de aula. Em *Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino*, Kowaltowski diz:

Para o ensino fundamental, recomenda-se no mínimo 1,50 m² por aluno em sala de aula comum, com ensino tradicional, e uma lotação máxima de 30 alunos por professor. As salas de aula devem ter formato e dimensões que permitam arranjos variados das carteiras e mesas, para atividades de ensino como trabalhos individuais, em pequenos grupos ou em conjunto. (KOWALTOWSKI, 2011, p.122)

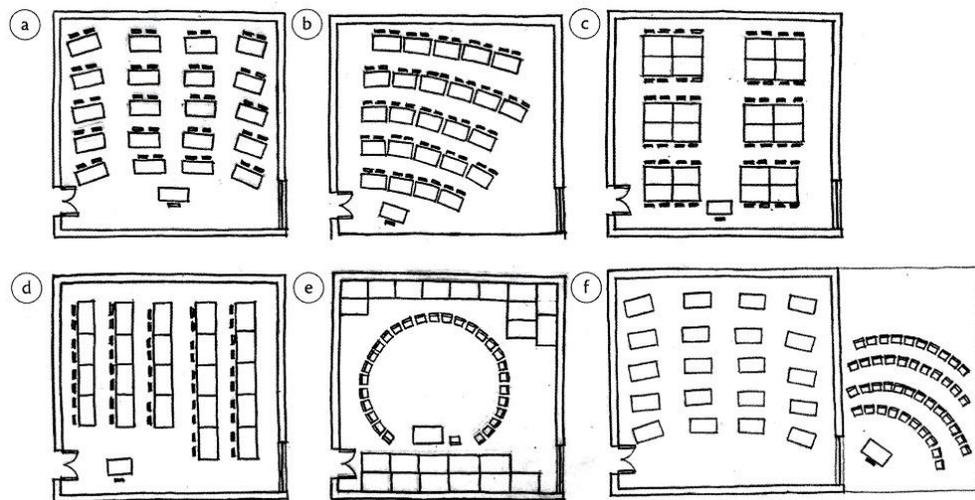
O espaço físico escolar também se compõe dos mínimos detalhes como o acabamento das salas, e a disposição dos móveis. Esses itens muitas vezes são negligenciados no projeto arquitetônico, porém são cruciais para a proposta de uma educação libertadora. É importante atentar para as cores usadas para pintar a instituição, principalmente a sala de aula, pois se forem utilizadas cores vibrantes, ou muito escuras acabam acometendo o processo de aprendizagem do aluno, já que promovem uma agitação psíquica.

Por isto, nas salas de aula é aconselhável utilizar cores claras nas paredes, não necessariamente branca, uma vez que esta não promove um acolhimento ao aluno. Porém, pode se optar por cores que estimulem o progresso educacional do aluno, como o verde, por exemplo, que desperta a concentração e promove o bem estar. Já no teto é importante usar a cor branca, pois esta auxiliará na iluminação da sala.

O mobiliário escolar é um elemento de apoio ao processo educacional, estes precisam ser realmente confortáveis, uma vez que o aluno passará muitas horas utilizando tal mobília, além disto, é indispensável que estes sejam adaptados para a faixa etária dos alunos. Se forem alunos da educação infantil, o mais apropriado são as mesinhas que promovem agrupamento para as atividades coletivas e, conseqüentemente é importante utilizar moveis que assegurem a segurança das crianças.

Já o mobiliário do ensino fundamental, médio e universitário, precisa ser pensado para fornecer o aluno estabilidade ao se sentar, extensões para a acomodação de material didático e fácil locomoção para a realização de trabalhos em grupos, pois em função das atividades desenvolvidas os arranjos das carteiras podem variar e esta mobilidade é fundamental para o ensino aprendizagem.

Figura 6: Tipos de arranjo do mobiliário para atividades variadas em salas de aula



(Fonte: Adaptado de NEUFERT, 1981)

A funcionalidade de uma escola se relaciona também com a devida acessibilidade proporcionada a todos os alunos, por isto é fundamental se enquadrar às normas de acessibilidade (ABNT, 2015; MEC, 1997) na edificação do prédio escolar. O arquiteto tem o compromisso de planejar espaços adequados que acolheram todos os alunos da mesma forma, respeitando a diversidade e garantindo assim uma boa convivência escolar. Desde modo, os espaços escolares devem possuir tamanho compatível para a livre mobilidade do aluno, inclusive aqueles com limitações físicas. A escola deve ser mais plana possível, além de possuir rampas de

acessos e preferencialmente um elevador. Além disto, o projeto deve considerar a diversidade ao detalhar o mobiliário escolar. Todas essas melhorias no ambiente escolar são fundamentais para prover uma educação igualitária a todos, sem distinções. Ademais é imprescindível que o projeto pedagógico da escola se adapte ao compromisso da inclusão social.

A qualidade da educação também vai depender da transparência com que a equipe escolar atuará na escola. Por isto, é primordial que as salas administrativas, da direção, da secretaria, e também dos professores, estejam a todo o momento acessível para receber os alunos que necessitam de um auxílio. É muito importante o estabelecimento de relações interpessoais entre os profissionais da educação e os alunos, pois isto refletirá diretamente no rendimento profissional e educacional dos dois, respectivamente. Do mesmo modo, esse procedimento deve suceder para com os responsáveis dos alunos, que desejam alguma assistência da equipe pedagógica ou que queiram cooperar com a comunidade escolar.

O espaço escolar de uma escola libertadora deve procurar inovações para as novas tecnologias disponíveis no mundo contemporâneo, uma vez que estas forem aplicadas de maneira apropriada, poderão contribuir abundantemente para o processo educativo dos alunos. Por isto, a arquitetura escolar precisa estruturar todos os espaços educacionais encontrados na escola, incluindo a biblioteca e os laboratórios, sejam esses de ciências ou informática.

A partir do momento que a escola disponibiliza para os alunos outros meios de informação além do discurso do professor, estará permitindo um maior fluxo de conhecimento, que provocará níveis mais elevados de aprendizagem. A biblioteca e os laboratórios de ensino fazem parte da infraestrutura escolar, e devem ser levados em conta no planejamento da escola. Para incentivar o uso desses ambientes é fundamental que esses locais tenham um profissional comprometido e atualizado, atentando sempre para a criação de uma interação entre o aluno e as várias alternativas de aprender. Além disso, estes espaços devem propiciar ao aluno um momento de aconchego e tranquilidade.

Todo o processo de aprendizagem dos alunos não irá acontecer somente dentro das salas de aula, laboratório ou bibliotecas. Por isto, é importante projetar uma arquitetura escolar que torne real a construção de espaços livres para o lazer e

o brincar do aluno. Muitos estudos ao longo da história confirmam a eficácia da brincadeira e do tempo de lazer para as crianças, através dessas situações o aluno desenvolve-se psíquica e fisicamente.

A escola libertadora deve prezar pelo espaço natural, que são grandes responsáveis por permitir às crianças liberdade para exercitar sua cognição e potencializar suas predisposições inatas. Dessa forma, o aluno desfrutará através da conexão com a natureza, experiências únicas, que auxiliaram nas suas aprendizagens, incentivando sua imaginação, percepção e na sua locomoção. Além disto, o espaço natural agregará valor às aulas, pois os professores poderão utilizar esses espaços para o desenvolvimento de atividades educativas.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, p.23)

Celestin Freinet, influente pedagogo francês, acreditava que o aluno demonstra mais fascínio pelos acontecimentos que ocorrem no exterior da escola, do que propriamente no que acontece em seu interior. Por este motivo, a escola libertadora precisa planejar a sua arquitetura escolar com o intuito de atrair a atenção do aluno, possibilitando que a vida real e o mundo natural habitem também a estrutura escolar.

Para alcançar o ideal de uma escola libertadora, é necessário transformar a escola além das suas paredes e do seu mobiliário, é fundamental mudar a essência, o método pedagógico, o currículo. As instituições escolares precisam deixar a aplicabilidade dos mecanismos do poder, vigilância e punição, fora do campo de educação. Mudando a tradicional educação bancária, onde somente o professor é detentor de todo o saber e o aluno apenas um ouvinte e repetidor do conhecimento decorado, por uma educação dialógica, que incentive a participação do aluno em cada detalhe de sua formação escolar.

Segundo Paulo freire, o aluno é um sujeito possuidor de cultura, que ao longo da sua trajetória até a escola já presenciou e aprendeu com a sua própria vivência, e por isto tem interiorizado conhecimentos. A pedagogia libertadora deve incentivar que o professor compartilhe seus conhecimentos, ensine e aprenda junto com o próprio aluno. O currículo de uma escola libertadora deve prezar pela formação de indivíduos sociais, livres, autônomos e principalmente críticos.

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. (FREIRE, 1967, p. 90)

Para que este currículo seja posto efetivamente em prática, a escola libertadora precisa se desvincular do poder oriundo da sociedade capitalista. Porém, como afirma Foucault, o poder não é algo que determinada pessoa ou instituição detém, o poder está disseminando por toda a sociedade, todos os indivíduos dispõem do poder. Por isto, ainda que a escola consiga se desprender do poder estatal e capital, é crucial que ela se capacite de maneira revolucionária na manipulação do seu próprio poder.

O poder dentro da escola deve ser usado para a prática da liberdade, qualificando o método pedagógico a realizar atividades de resistência dentro da escola. Onde os professores, os alunos, os responsáveis e toda a comunidade escolar passem a ter a autonomia de decidir que tipo de educação desejam construir. Buscando a implementação de um currículo transparente e acessível, que respeite e valorize os alunos como indivíduos pensantes e detentores de si mesmo.

Uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação que lhe proporcionasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. Educação que levasse em consideração os vários graus de poder de captação do homem brasileiro da mais alta importância no sentido de sua humanização (FREIRE, 2014, p. 80-81).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura escolar presente na maioria das escolas brasileiras, com maior relevância da rede pública de ensino, permanece estagnada em um modelo tradicional de edificação. Apesar do desenvolvimento de muitos dos processos educacionais, e das diversas pesquisas que apontam para a necessidade de uma mudança do espaço escolar, os projetos arquitetônicos regentes não refletem a escola idealizada para uma transformação social.

Mesmo com variadas modificações no campo educacional, muitas das instituições escolares ainda são regidas por um sistema estatal que aplica sobre a escola o poder disciplinador e os seus mecanismos de vigilância de punição. Devido a isto, o aluno que ingressa na escola, desde a sua primeira infância até a sua juventude, continua passando por opressões e dominações por parte do sistema escolar, que ainda se encontra mergulhado em métodos bancários de educação.

A arquitetura escolar está intrinsecamente ligada ao projeto pedagógico, portanto se não houver uma reflexão conjunta para se estabelecer uma relação entre as duas vertentes, as mudanças educacionais continuaram surgindo, porém a eficiência em coloca-las em prática nunca acontecerá. Porque a arquitetura escolar permanece materializando o aprisionamento e a sujeição dos alunos, por apresentar uma rígida estrutura, com espaços enclausurados e sem nenhuma acessibilidade.

É primordial que a arquitetura escolar seja vista como um componente importante no currículo e na elaboração do plano escolar, pois o espaço nunca é neutro, ele assim como as práticas educacionais, é capaz de instruir e fornecer reflexões a todos que nela habitam. Dessa forma, o espaço escolar necessita receber uma maior atenção ao ser projetado, em razão de atualmente continuar sendo um tema muito pouco explorado pelos educadores.

As modificações da arquitetura escolar devem ocorrer em busca de uma educação libertadora, que seja capaz de transformar a condição de oprimido que é posta constantemente sob o aluno. Para isto, primeiramente o planejamento arquitetônico deve atender a todo o corpo social da escola, atentando para a necessidade e interesse de cada um. Lembrando-se da comunidade local, que também será afetada com as mudanças na região em que residem.

A fim de que a educação brasileira consiga avançar para que as mudanças necessárias aos projetos arquitetônicos sejam atendidas, é indispensável que a educação e os planejamentos escolares recebam mais investimentos públicos. O Brasil precisa ter como uma das suas prioridades a qualidade da educação pública e para isto, também é fundamental que o professor seja devidamente valorizado, obtendo uma remuneração digna e um plano de carreira continuado, para uma melhor capacitação profissional.

A educação precisa tornar se libertadora, assumindo seu lugar legítimo de transformadora social. Construindo ambientes com mais infraestrutura e autônomos que contribuam para um ensino interdisciplinar, possibilitando uma maior conexão entre o sujeito e a natureza a sua volta. A partir do momento que a escola transpasse a função de distribuidora de saber e torne se puramente um elo facilitador entre o ensinamento e a aprendizagem, os alunos se tornarão efetivamente sujeitos livres, analíticos e ativos perante a sociedade.

É primordial que a escola continue lutando e resistindo a toda repressão sistematicamente imposta pela sociedade capitalista e instituições governamentais. Para que as mudanças comecem acontecer não é necessário que resulte em uma rebelião em busca do poder, mas para isto todos os indivíduos que fazem parte da instituição escolar devem buscar seu papel ativo e apropriar se também do poder que detém. E desde modo, por meio de ações de persistência em prol da liberdade educacional, progressivamente a escola pertencerá realmente ao aluno.

Concluisse esse presente trabalho, considerando que o objetivo geral em discutir a arquitetura escolar e a sua influência na educação tendo como questão orientadora, como a arquitetura escolar expressa ou desempenha as relações de poder e influência no processo pedagógico, foram a atendidas. Porém permanece evidente a relevância de se investigar mais as vastas possibilidades que esse tema disponibiliza, buscando novas questões norteadoras a serem exploradas, para que a importância existente na arquitetura escolar se torne notável. Visto que a formação do aluno não depende exclusivamente do professor e do material didático, mas também da correção entre o espaço escolar e do currículo pedagógico.

REFERENCIAL TEÓRICO

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR-9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação Geral da Educação Infantil. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Vol. 1 e 3. Brasília, 1998.

DO NASCIMENTO, Mario Fernando Petrilli. **Arquitetura para a educação: a contribuição do espaço para a formação do estudante**. São Paulo, 2012.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. **Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos**. In: Revista da FAEEBA, n° 13. Salvador, janeiro a junho de 2000.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

_____. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 2010.

_____. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1° ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 36° ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade – de: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K.. **Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de textos, 2011.

LIMA, Mayumi W. Souza. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. **Arquitetura e educação**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Edificações e Equipamentos Escolares – 1. Grau, Portadores de deficiências físicas, Acessibilidade e utilização dos equipamentos escolares. **Cadernos Técnicos**, 1, Brasília, 1997.

NEUFERT, Ernest. **A arte de projetar em arquitetura**. 5° ed. São Paulo: Gustavo Gili do Brasil, 1976.

RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.

SANTOS, Elza Cristina. **Dimensão lúdica e arquitetura**: o exemplo de uma escola de educação infantil na cidade de Uberlândia. 2011. 363 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

TAUBE, Silvana Batista. **Limites e possibilidades de uma prática pedagógica libertária no ensino superior**: uma análise a partir de Foucault. 1997. 98 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1997.

TIRIBA, Léa. **Crianças, natureza e educação infantil**. 2005. 249 f. Tese (Doutorado) Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005.